

Progresso de Brasília é atrativo

BRASÍLIA — Entre os palestrantes do segundo dia do encontro sobre migração estava o Secretário do Trabalho do Distrito Federal, Renato Riella. Para ele, a migração é uma questão fatal, sem solução, porque é garantida pelo direito de ir e vir dos cidadãos. As populações marginalizadas são sensíveis ao apelo das áreas mais desenvolvidas, das quais Brasília é um exemplo.

— A migração é uma tradição na capital federal, que nasceu convidando os brasileiros a ocuparem o Planalto Central. Além do mais, há uma necessidade de renovação da mão-de-obra. Portanto, isso não é o apocalipse, não é uma tragédia — afirmou.

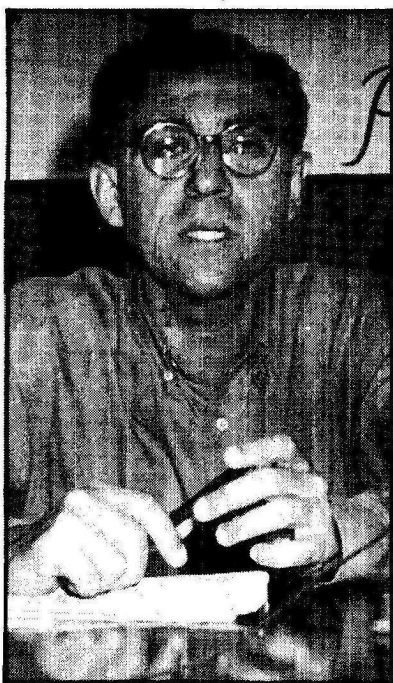
Riella esclareceu que, desde a campanha para o Governo do Distrito Federal, esta é uma questão bastante discutida e que a oposição à política migratória de Joaquim Roriz utiliza dados inverídicos, desmentidos por recente pesquisa realizada pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - Codeplan.

— Dizia-se que Brasília teria dois milhões de habitantes, uma verdadeira explosão populacional. A pesquisa provou que este número ultrapassa em pouco 1,7 milhão.

O Secretário informou que o Governo instituirá uma pesquisa mensal de emprego e desemprego, abrangendo um universo de entrevistas a duas mil famílias, o que proporcionará uma ampla visão da realidade dos migrantes. Este estudo terá, também, a finalidade de fornecer dados para os pesquisadores da Universidade de Brasília.

Outra acusação refutada por Riella é de que houve má distribuição dos lotes no programa de assentamento da população desabrigada. Ele garantiu que foram adotados critérios rígidos nesse sentido, como, por exemplo, a exigência de que os beneficiados estivessem há pelo menos cinco anos em Brasília e que tivessem família constituída.

Quanto à elaboração da lei orgânica do Distrito Federal, atualmente em discussão na Câmara Legislativa, Riella afirma que é



Renato Riella: direito de ir e vir

preciso definir com clareza os rumos a serem tomados. E indaga se Brasília será elemento indutor do desenvolvimento do País.

— Devemos definir como nosso espaço será ocupado, tendo em vista que 70% das terras pertencem ao Governo, o que aumenta o risco de agressões graves ao meio-ambiente e a possibilidades de invasões — argumentou. A nova lei orgânica, segundo ele, precisa preocupar-se com a preservação do Plano Piloto, que é Patrimônio Cultural da Humanidade, estabelecendo critérios para coibir invasões e atender às exigências da Unesco.

O Secretário assegurou que, desde 1989, o Governo Roriz erradicou as invasões:

— O problema não é tão grave, hoje. Houve um decréscimo no fluxo migratório e são adotadas medidas para identificar a necessidade de permanência dos que chegam. Precisamos, sim, é nos preocupar com as construções de fundo de quintal, que se instalaram nas cidades-satélites e que representam uma aberração. A lei orgânica tem que dar autoridade ao Governo para corrigir estas distorções — opinou Riella.